

# INTERNALIZAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS

REGRAMENTO DO DECRETO AUTÔNOMO

TIAGO PINTO OLIVEIRA



**Tiago Pinto Oliveira**



EDITORA  
PRISMAS

**Internalização dos Tratados Internacionais**  
**Regramento do decreto autônomo e medida provisória**  
**Tiago Pinto Oliveira**

1ª Edição - Copyright© 2017 Editora Prismas  
Todos os Direitos Reservados.

Editor Chefe: Vanderlei Cruz  
editorchefe@editoraprimas.com.br  
Agente Editorial: Sueli Salles  
agenteeditorial@editoraprimas.com.br  
Diagramação: Katielle Paulino  
Capa e Projeto Gráfico: Conrado Dittrich

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz  
Bibliotecária CRB 9-626

O48

Oliveira, Tiago Pinto

Internalização dos Tratados Internacionais: regramento do decreto autônomo e medida provisória / Tiago Pinto Oliveira - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2017. 200p.; 21cm

ISBN: 978-85-5507-376-2

1. Direito internacional público. 2. Acordos internacionais. 3. Leis – Elaboração. I. Título.

CDD 341.1 (22.ed)

CDU 341

**Coleção Direito Internacional**

**Diretor Científico:**

Paulo Henrique Faria Nunes (PUC-Goiás)

**Consultores Editoriais:**

Dimas P. Duarte Junior (PUC-Goiás)

Elián Araújo (Faculdade Presbiteriana Mackenzie - RJ)

Guilherme Sandoval Góes (ESG - Escola Superior de Guerra; UNESA)

Hernán Edgardo Salinas Burgos (Universidad Católica de Chile; Presidente da Comissão Jurídica Interamericana da OEA)

Jean Carlos da Silva Lima (Universidade Salgado de Oliveira, campus Recife; IBRAMAC - Instituto Brasileiro de Mediação, Arbitragem e Conciliação)

João Henrique Roriz (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Nitish Monebhurrin (UNICEUB - Centro Universitário de Brasília)

Paulo Henrique Faria Nunes (PUC-Goiás)

Sebastián Santander (Université de Liège, Bélgica)

Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff (UniRitter - Centro Universitário Ritter dos Reis, UFRGS)

Editora Prismas Ltda.  
Fone: (41) 3030-1962  
Rua Morretes, 500 - Portão  
80610-150 - Curitiba, PR  
www.editoraprimas.com.br



EDITORIA  
PRISMAS

# Sumário

<b>I</b>	
<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>II</b>	
<b>O papel constitucional dos Poderes Executivo e Legislativo no processo de elaboração das leis .....</b>	<b>17</b>
2.1 O princípio da separação dos Poderes .....	19
2.2 O princípio da legalidade .....	26
2.3 A releitura dos conceitos de legalidade e separação dos Poderes.....	30
2.4 O devido processo.....	36
2.5 O Poder Legislativo.....	40
2.6 O Poder Executivo .....	46
2.7 O processo legislativo.....	50
<b>III</b>	
<b>O processo de internalização dos tratados internacionais ....</b>	<b>57</b>
3.1 O tratado internacional como fonte do direito internacional público .....	59
3.2 As classificações dos tratados .....	68
3.3 O conflito de normas envolvendo tratado internacional	74
3.4 O papel dos Poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados.....	81
3.4.1 Noções gerais .....	81
3.4.2 Os tratados internacionais solenes.....	87
3.4.3 Os tratados internacionais executivos.....	95
<b>IV</b>	
<b>A medida provisória .....</b>	<b>105</b>
4.1 Do decreto-lei à medida provisória.....	107
4.2 Os requisitos constitucionais.....	111

4.3 Os controles legislativo e jurisdicional .....	113
4.4 A natureza jurídica e os efeitos .....	116
4.5 A abrangência material .....	120
4.6 A deliberação do Congresso Nacional .....	124

## **V**

### **O decreto autônomo e o poder regulamentar da Administração Pública.....131**

5.1 O escalonamento da ordem jurídica e a supremacia da constituição .....	133
5.2 As normas primárias e secundárias .....	138
5.3 Os decretos normativos .....	140
5.3.1 Uma visão geral .....	140
5.3.2 Os decretos regulamentares .....	142
5.3.3 Os decretos autônomos .....	145
5.4 A abrangência material dos decretos autônomos..	149
5.5 A substituição do decreto autônomo pela lei .....	155

## **VI**

### **Acordos internacionais executivos, decreto autônomo e medida provisória: uma analogia possível.....159**

6.1 A analogia.....	161
6.2 Os métodos hermenêutico-clássico e científico-espiritual de interpretação da constituição .....	168
6.3 O princípio da concordância prática .....	176
6.4 A aplicação das regras dos artigos 62, 84, vi, “a” e 225, § 1º, iii, da Constituição Federal aos tratados internacionais celebrados pela República Brasileira.....	180

### **Conclusão.....189**

### **Referências bibliográficas.....193**